

Conjuntura 'Topo da pirâmide' viu rendimento encolher 2,9% em termos reais enquanto média geral foi de 2%, diz estudo

Classe A foi a que mais perdeu renda em 2016

Camilla Veras Mota

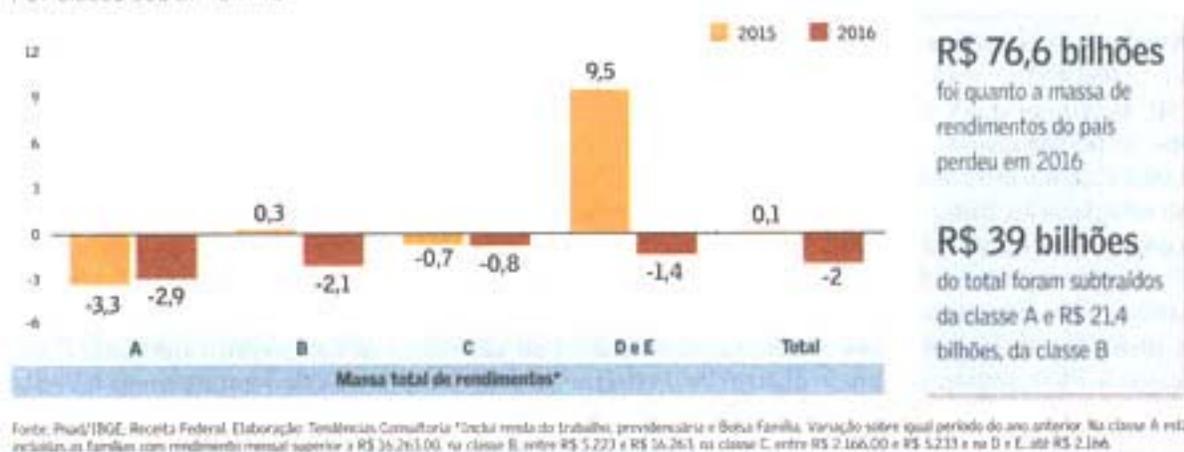
De São Paulo

A classe A é aquela que mais tem visto a renda encolher durante a recessão. Levantamento feito pela Tendências Consultoria mostra que a massa de rendimentos real desse grupo recuou 2,9% em 2016, contra 2% na média geral, 2,1% na classe B, 0,8% na C e 1,4% nas classes D e E. O desempenho, para especialistas, é resultado da forma como os brasileiros no topo da pirâmide social estão inseridos no mercado de trabalho — a proporção de empreendedores é, de longe, a maior entre todos os grupos.

"A renda se confunde com o lucro das empresas, que é muito mais sensível aos ciclos econômicos", afirma Adriano Pitoli, autor do estudo. Na classe A, grupo em que estão as famílias com renda mensal acima de R\$ 16,3 mil, 28% dos chefes de domicílio são empregadores, contra 5% na classe C. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua mostra que a massa de renda dos

Desempenho da renda

Por classe social - em %



empregadores caiu 9,5% em termos reais entre janeiro e setembro de 2016, na comparação com igual intervalo de 2014, contra queda de 3,1% entre os trabalhadores do setor privado e recuo de 0,4% entre os conta própria, categoria mais precária, em que se encaixam, por exemplo, os "bicos".

Esse processo, diz o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, atinge especialmente a parcela de emergentes das classes

A e B, brasileiros que ascenderam socialmente no último ciclo de crescimento. "Ele não é o empregado qualificado, que consegue se recolocar ganhando menos. Ele é um comerciante, um empresário", avalia. Pesquisa do instituto mostra que 51% do topo da pirâmide é formado pelos primeiros membros de suas famílias, que chegaram nessa posição empreendendo.

A fatia mais expressiva de empreendedores faz com que as clas-

ses A e B sejam mais propensas a recuar durante as crises, mas é essa mesma característica que as ajuda a tomar a dianteira no processo de retomada, diz Meirelles. A avaliação de Pitoli, que analisou a dinâmica da massa de rendimentos das classes sociais em todas as recessões desde 1998, é semelhante. "Primeiro acontece a recomposição do lucro das empresas, que só depois voltam a contratar", afirma. Assim, a estimativa da Tendências

é que a classe A perca menos já em 2017, 0,6%, contra queda de 1,9% na massa real total, e que cresça expressivos 4% em 2018, ante avanço de 1,9% na média geral.

Olhando pelo lado do consumo, Maurício de Almeida Prado, da Plano CDE, lembra que parte da renda mensal do topo da pirâmide é canalizada para os investimentos. Assim, o impacto da retração dos rendimentos sobre o varejo é diferente daquele observado entre os mais pobres, afirma o sócio-diretor da consultoria especializada nas classes C, D e E. "Quanto mais pobre, maior parte da renda fica no supermercado. O impacto negativo no consumo é direto".

Ainda assim, diz Pitoli, o mercado de luxo não ficou imune à crise. Nos últimos dois anos, exemplifica, os lançamentos de imóveis residenciais de alto padrão recuaram bem mais que a média no país — 53,4%, conforme índice feito pela Tendências junto à Neoway-Criativa, contra 44% no total.

Em um primeiro momento, os gastos mais afetados são aqueles com serviços, diz Meirelles. "Ele

passa a viajar de carro, em vez de avião, por exemplo. Em geral, tenta o quanto pode não fazer 'downgrade' de marca, para não sentir que está perdendo tanto". A vantagem dos brasileiros "emergentes" é que eles "se viram melhor" do que a elite tradicional, completa o especialista. "Ele está acostumado a fazer economia, a pechinchar. Se for preciso, ele vai no atacado".

Em 2016, a queda de 2% em termos reais na massa de rendimentos representa uma redução, em valores absolutos, de R\$ 76,6 bilhões sobre o ano anterior. As perdas da classe A representam metade, R\$ 39 bilhões, e as da classe B, outros R\$ 21,4 bilhões. Em 2015, a massa foi positiva em R\$ 5,3 bilhões, graças, em grande parte, aos ganhos de R\$ 54,7 bilhões das classes D e E. As classes A e B perderam, respectivamente, R\$ 46,2 bilhões e R\$ 5,8 bilhões nesse período. A massa total inclui, além da renda do trabalho, a previdenciária e o benefício do Bolsa Família. Os dados e as estimativas da análise têm como base a Pnad anual e informações da Receita Federal.

Com crise, base da pirâmide cresce e volta aos níveis de 2011

De São Paulo

As classes D e E ganharam 4,3 milhões de famílias nos últimos dois anos e voltaram a representar 56,5% do total de domicílios do país, nível próximo do registrado em 2011, 57,4%. A proporção chegou a 51,4% em 2014, a menor observada durante o processo de mobilidade social que começou em 2003, quando 70,2% estavam na chamada base da pirâmide.

Levantamento feito pela Tendências Consultoria com base na Pnad e em dados da Receita Fede-

ral — divulgados até 2015 e projeções para 2016 — mostra ainda que, nesses dois anos, a classe C perdeu 670 mil integrantes, a B, 1,2 milhão — o saldo mais negativo em termos absolutos — e a A, 475 mil, retração de 17,7% sobre 2014, a maior em termos percentuais.

O avanço no grupo de menor rendimento, afirma Renato Meirelles, do Instituto Locomotiva, acompanha a alta do desemprego no país e revela a face mais negativa da atual recessão. "Foi quem perdeu o emprego e hoje faz muito bico, trabalho provisório".

O ciclo de mobilidade social, afirma Adriano Pitoli, economista da Tendências e autor da análise, foi temporariamente interrompido em 2015 e 2016 e só será retomado a partir de 2018, e em ritmo mais lento do que o observado até 2013. Com a mudança da dinâmica econômica, menos atrelada ao consumo daqui para frente, ele diz, a classe C, por exemplo, deve ter evoluções modestas nos próximos dez anos.

As projeções indicam que esse grupo, que chegou a somar 20,1 milhões de famílias em 2014,

contou com apenas 19,5 milhões em 2016, próximo do nível de 2013, 19,1 milhões. A série inclui o crescimento demográfico da população no período, que adicionou, em média, 1,3 milhão de novas famílias por ano ao país. O critério para definição das classes, por sua vez, foi arbitrário, já que não há um oficial, diz o estudo. Na classe A foram incluídas famílias com rendimento mensal superior a R\$ 16.263,00, na classe B, entre R\$ 5.223 e R\$ 16.263, na classe C, entre R\$ 2.166,00 e R\$ 5.233 e na D e E, até R\$ 2.166.

Na avaliação de Maurício de Almeida Prado, da Plano CDE, os brasileiros que ascenderam de classe e viram o padrão de consumo cair com a crise viveram três momentos. Em 2015, havia uma percepção de que as dificuldades eram transitórias. "Eles tentaram manter o padrão de consumo".

Ano passado, com o recrudescimento da recessão, foi o período de "aceitar a mudança". Em 2017, por sua vez, consolida-se um novo perfil de consumo, não apenas com novas marcas. "Muitos abriram mão de plano de saúde, da es-

cola particular dos filhos. Essas são decisões de médio e longo prazo".

Um outro lado da crise, ele acrescenta, é que ela pode ensinar o brasileiro a poupar mais. "Existe uma geração de jovens que já entrou no mercado de trabalho com emprego formal, coisa que os pais não tiveram. Havia uma certa euforia, agora eles percebem que o cenário não é tão estável", diz Prado.

Uma pesquisa feita pela consultoria com integrantes das classes C, D e E mostrou que apenas 17% deles tinham poupança equivalente a pelo menos um mês de renda. (CVM)